



RELATÓRIO DE REUNIÃO ESPECIAL

Prestação de informações sobre a gestão
da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo
(Secult)

— 1º/7/2021 —

I – Apresentação

No dia 1º/7/2021, as Comissões de Cultura, de Desenvolvimento Econômico e Extraordinária de Turismo e Gastronomia receberam Leônidas Oliveira, secretário de Estado de Cultura e Turismo, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 2º quadrimestre de 2020, em atendimento ao art. 54 da [Constituição do Estado](#).

II – Presenças

- Comissão de Cultura: deputados Bosco (presidente), Professor Wendel Mesquita (vice-presidente), Mauro Tramonte, Marquinho Lemos (substituindo o deputado Cristiano Silveira) e Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Cristiano Silveira).
- Comissão de Desenvolvimento Econômico: deputados Bosco (substituindo o deputado Fábio Avelar), Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Bernardo Mucida), Fábio Avelar e Fernando Pacheco (substituindo o deputado Thiago Cota).
- Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia: deputados Mauro Tramonte (presidente), Fernando Pacheco (vice-presidente), Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Professor Cleiton) e Bosco (substituindo o deputado Gustavo Mitre).
- Outras presenças: deputados Elismar Prado, Rosângela Reis, Ana Paula Siqueira, Zé Reis, Bartô, Leninha e Laura Serrano.

III – Discussões

O secretário de Estado de Cultura e Turismo expôs os programas executados pela pasta e fez um balanço das ações empreendidas, com foco na mitigação dos efeitos negativos da pandemia de Covid-19 sobre os dois setores de competência da secretaria.

1) Cultura

No setor cultural, o secretário ressaltou a criação do “Observatório da cultura e das artes”, iniciativa para suprir a histórica falta de dados e informações sobre o setor cultural, e o lançamento do programa “Cultura de Paz”, a ser executado com recursos da Lei Aldir Blanc.

Em relação aos mecanismos estaduais de financiamento à cultura (Fundo Estadual de Cultura – FEC – e Incentivo Fiscal à Cultura – IFC), o secretário destacou o direcionamento de recursos para o interior do Estado, ou seja, a desconcentração de recursos, haja vista que atualmente a maior parte deles é concentrada em Belo Horizonte. O processo tem gerado alguma polêmica, sobretudo no audiovisual. De acordo com Leônidas Oliveira, a pasta busca instrumentos eficazes para orientar políticas públicas inclusivas (especialmente para grupos da cultura popular e tradicional) que possibilitem essa desconcentração de recursos e atendam os vários territórios no Estado.

O secretário também informou que foram contratados 100 profissionais para orientar proponentes e grupos do interior com o fim de ampliar o acesso e conhecimento dos requisitos e editais dos mecanismos

estaduais de fomento à cultura. Além disso, são previstos incentivos aos municípios que estruturarem seus sistemas de cultura e demais arranjos próprios para as políticas locais da área.

Por fim, Leônidas Oliveira afirmou que a pasta está executando o projeto “Descentra Minas”, conjunto de medidas que implicarão a alteração da Lei nº 22.944, de 2018, de modo a corrigir distorções, sobretudo as geradas ou amplificadas pela pandemia.

O secretário relatou a oferta de programação remota pelos equipamentos culturais durante a pandemia e a publicação de edital para ocupação dos espaços atualmente ociosos do “Circuito Liberdade”.

Segundo Oliveira, foi concluída a revisão normativa para estruturação da Empresa Mineira de Comunicação – EMC –, com a implantação de plano de cargos e salários e a realização de parcerias entre a empresa e as secretarias estaduais de Educação e de Desenvolvimento Econômico.

O secretário destacou duas ações executadas para salvaguarda do patrimônio cultural: a conclusão do dossiê de Registro do Congado em Minas Gerais e o lançamento, em 14/7/2021, do Registro da Cozinha Mineira, cujo processo deverá ter prosseguimento em âmbito nacional por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – e possivelmente internacional, caso haja acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco.

Também abordou a situação da Serra do Curral, objeto de audiência da Comissão de Administração Pública em 14/6/2021. De acordo com Oliveira, após a audiência, foi descoberta irregularidade no contrato de mineração da área, que exigirá procedimento próprio da Controladoria Geral do Estado e demandará alterações em parte dos estudos do dossiê de tombamento feito pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha. Por conta disso, a apreciação do dossiê de tombamento pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – Conep – foi adiada, o que já foi comunicado ao Ministério Público de Minas Gerais. Os parlamentares sugeriram a realização de audiência pública conjunta das comissões de Cultura e de Administração Pública para debater a situação do processo de salvaguarda da Serra Curral.

Em relação ao Lago de Furnas, o secretário afirmou que a Emenda nº 106, de 2020, à Constituição Estadual ajudou a dar visibilidade ao tema, embora seja necessário concluir os estudos técnicos do dossiê, e solicitou aos parlamentares apoio para liberação dos recursos já aprovados no âmbito da Lei Rouanet para identificação, proteção e restauração do patrimônio mineiro.

Por fim, por sugestão dos parlamentares, o secretário se comprometeu a incluir, além das bandas tradicionais, outras sonoridades populares nos editais de seleção da área musical. Informou ainda que as eleições do Conselho Estadual de Cultura – Consec – tiveram recorde de participação e que os eleitos seriam empossados no decorrer de julho.

COMPROMISSOS

Posicionamento do secretário

- Incluir, além das bandas tradicionais, outras sonoridades populares nos editais de seleção da área musical;
- Enviar à Assembleia Legislativa projeto de lei que altera a Lei nº 22.944, de 2018, e institui o projeto Descentra Minas.

RQN 8.589/2021: pedido de informações ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – acerca do projeto P7 Criativo.

RQN 8.591/2021: pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para suspensão de exigência de apresentação de certidões negativas de débito para acesso aos recursos dos editais da área cultural.

RQN 8.592/2021: pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para convocação de reunião do Conselho Estadual de Patrimônio Cultural – Conep – para deliberar sobre o processo de tombamento estadual da Serra do Curral.

RQN 8.596/2021: pedido de providências à Secretaria Especial de Cultura do Governo Federal para liberação dos recursos aprovados no âmbito da Lei Rouanet para os projetos de identificação, restauração e proteção do patrimônio cultural do Estado.

RQN 8.599/2021: pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que o governo retire as exigências temáticas dos Editais FEC nºs 3/2021 e 4/2021, postergue a cessão dos direitos de exibição dos filmes ao Estado e à EMC para dois anos depois da entrega da obra finalizada – e não adote restrições temáticas nos futuros editais de obras audiovisuais.

RQN 8.602/2021: pedido de providências à Secretaria Especial de Cultura de Belo Horizonte para a regularização dos repasses financeiros para a Casa Juscelino Kubitschek, em Diamantina.

2) Turismo

Para o secretário, a transversalidade das atividades turísticas e culturais em Minas Gerais é o ponto central da gestão do órgão.

Leônidas Oliveira discorreu sobre a importância da biossegurança para a retomada do turismo em Minas Gerais e relatou que o Selo Evento Seguro, desenvolvido no Estado, está sendo replicado em outros estados.

A retomada do turismo está associada ao ritmo de vacinação contra a Covid-19. O secretário afirmou que sua meta é colocar Minas Gerais entre os três principais destinos turísticos do País e apontou que os principais destinos têm apresentado boa taxa de ocupação. Alertou, entretanto, que essa retomada não tem sido observada na região metropolitana, que continua com baixa atividade turística. De acordo com Oliveira, a Cemig e a Copasa têm apoiado o setor de bares e restaurantes, oferecendo opções de parcelamento de débitos.

O secretário informou que o governo do Estado, por meio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, repassou cerca de R\$300 milhões do Fundo Geral do Turismo, do Ministério do Turismo, e que ainda haveria saldo disponível para repasse.

Elogiou a postura da Assembleia Legislativa na defesa da manutenção de nível mínimo dos lagos de Furnas e de Peixoto, e a promulgação da Emenda nº 106, de 2020, à Constituição. Informou que o Poder Executivo instituiu grupo de trabalho para tratar do tema, com foco no desenvolvimento do turismo náutico.

Revelou que está sendo planejado projeto de turismo rural, com a Emater, bem como a regulamentação da Política Estadual de Turismo de Base Comunitária, instituída por lei de autoria parlamentar.

Anunciou o início das atividades da companhia aérea ITA, do grupo Itapemirim, que vai cobrir a aviação regional dentro do Estado. Reforçou que o aumento da conectividade aérea do território mineiro favorece o desenvolvimento da atividade turística.

Oliveira considerou positiva a repercussão da divulgação de atrações turísticas do Estado em programas de televisão (o Santuário do Caraça, no Globo Repórter, e apresentação de cidades e belezas naturais do Estado em quinze episódios do Brasil Visto de Cima).

Ressaltou a relevância da cozinha mineira para o turismo no Estado e relatou as ações executadas para promovê-la no Plano de Desenvolvimento da Cozinha Mineira. Argumentou a favor da mudança da terminologia empregada para o setor: segundo o secretário, em lugar de “gastronomia”, deveria ser empregada a palavra “cozinha”, que evoca afeto e acolhimento.

COMPROMISSOS

Posicionamento do secretário:

- Agir para manter o nível mínimo nos lagos de Furna e de Peixoto, para o desenvolvimento do turismo náutico;
- Viabilizar a meta de tornar Minas Gerais um dos três principais destinos turísticos do País.

REQUERIMENTOS

RQN 8.590/2021: pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que realize estudos para a implantação da Rota Turística Rural do Café, no Município de Capitólio.

RQN 8.593/2021: pedido de informações à secretária de Estado de Planejamento e Gestão sobre a inclusão de ação referente ao turismo de base comunitária na revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e na Lei Orçamentária Anual – LOA –, para o ano de 2022, considerando a instituição da Política Estadual de Turismo de Base Comunitária, por meio da Lei nº 23.763, de 6/1/2021.

RQN 8.594/2021: pedido de informações ao secretário de Estado de Cultura e Turismo sobre a previsão de regulamentação da Lei nº 23.763, de 6/1/2021, que instituiu a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária.

RQN 8.595/2021: pedido para que seja formulado voto de congratulações com a Itapemirim Transportes Aéreos pelo início das operações no Aeroporto Internacional Tancredo Neves por meio da oferta da rota Belo Horizonte – São Paulo, a qual trará impactos positivos para o turismo e para a integração econômica de Minas Gerais e do Brasil.

RQN 8.597/2021: pedido de informações ao presidente do Itapemirim Transportes Aéreos, em São Paulo, sobre o planejamento de expansão da operação regional da empresa em Minas Gerais, integrando o Estado a partir do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

RQN 8.598/2021: pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que se verifique a possibilidade de disponibilização de cursos de capacitação voltados ao turismo para os gestores municipais, para fins de realização de projetos e acompanhamento das políticas públicas do setor.

RQN 8.600/2021: pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para elaboração e implementação de um plano de desenvolvimento integrado de turismo no Parque Estadual do Rio Doce e seu entorno.

RQN nº 8.601/2021: pedido de informações ao secretário de Estado de Cultura e Turismo sobre a previsão de publicação do decreto de criação do Programa Estadual de Turismo de Base Comunitária e sobre se a secretaria está dialogando com a Seplag para a inclusão desse programa no projeto de lei de revisão do PPAG 2022 e no projeto da Lei Orgânica Anual 2022, a ser enviado à ALMG em setembro de 2021.

RQN 8.603/2021: pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para a implantação de uma política de turismo integrada para o desenvolvimento sustentável do Vale do Aço a partir das possibilidades abertas pela pavimentação LMG-760, que facilita o acesso ao Parque Estadual do Rio Doce e liga a região com a Zona da Mata.